

REVISTA DA



ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE FOMENTO
COMERCIAL

Ano 21 | nº96 | Abril, Maio e Junho | 2015

FOMENTO COMERCIAL

FACTORING & SECURITIZAÇÃO

CÂMBIO

Especialista Emilio
Garofalo analisa
as condições do
mercado para os
próximos meses

**“Nós temos que
criar condições
para o Brasil
crescer, pelo menos,
3,5% ao ano”**

**Rubens
Ricupero**

Lei Anticorrupção
Ponto de vista
do jurista
Modesto
Carvalho

Presença institucional: ANFAC registra eventos recentes realizados pelos SINFACs

ESCOLHA A INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA EM CONSTRUIR VALOR PARA O SEU NEGÓCIO



O Banco PETRA possui a experiência de quase uma década na **Administração e Custódia de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios-FIDC**. Com uma equipe especializada e a possibilidade de customizações de estruturas conforme a necessidade de cada cliente, a PETRA responde por mais de 100 fundos de investimento dos quais 80 são FIDCs. Para a PETRA, estar em sintonia com o cliente é construir valor para o seu negócio provendo as melhores soluções do mercado.

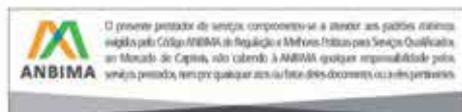
Escolha uma única vez, escolha a PETRA

www.bancopetra.com.br

(11) 3526-9032

Ouvidoria: 0800 601 1313

fidcfomento@bancopetra.com.br





Órgãos da Administração da ANFAC

PRESIDENTE

Luiz Lemos Leite (SP)

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Dorival Maso (SP)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Alberto Gomes Silva (RJ)

Daniel Gonçalves (SP)

Frederico José de Alencar Loyo Filho (PE)

Hamilton de Brito Júnior (SP)

João Carlos Ribeiro Vargas (ES)

João Costa Pereira (SP)

José Góes (PR)

Lívio Utech (SC)

Luiz Napoleão da Silva Brito (DF)

Marcelo Peres Katz (RJ)

Marconi José de Albuquerque Pereira (PE)

Pio Daniele (SP)

Raimundo Nonato Nogueira da Costa (PA)

CONSELHO FISCAL

Eduardo Ribeiro do Prado (SP)

José Bonfim Cardoso Jaffe (SP)

José Duran Ferreira (SP)

Marcus Jair Garutti (SP)

Paulo José de Oliveira Leite (SP)

SUPLENTES

João Amado Requia (RS)

Olmar João Pletsch (RS)

CONSELHO DE ÉTICA

Manoel Carlos Vieira de Moraes (SP)

Oscarlino Moeller (SP)

Lúcio Bastos (SP)

Alexandre Dumont Prado (MG)

Clodovil Zacarias (SP)

SUPLENTE

César Moura Rodrigues (PA)

Órgão de Consulta e Assessoramento

CONSELHO CONSULTIVO

Márcio Henrique Vincenti Aguilar (RS)

Presidente

SEDE ANFAC

Av. Angélica, 2.491 - 7º andar

Higienópolis - São Paulo, SP

CEP: 01227-200

Fone/Fax: (11)2361.8900

www.ANFAC.com.br



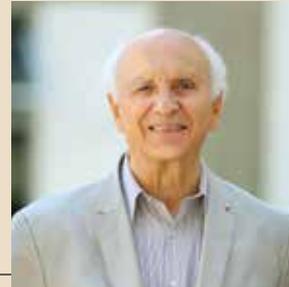
FOMENTO COMERCIAL

FACTORIZING & SECURITIZAÇÃO

5. EDITORIAL

6. PONTO DE ENCONTRO

Rubens Ricupero



11. PRESENÇA INSTITUCIONAL

16. CONGRESSO BRASILEIRO DE FOMENTO COMERCIAL



18. PODER EXECUTIVO

20. CÂMBIO

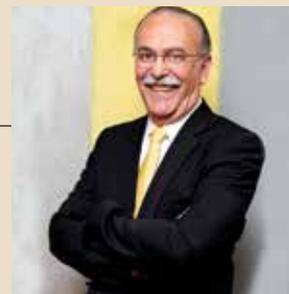
Emilio Garofalo Filho

22. FATOR ANFAC

23. ARTIGO

José Roberto Mendonça de Barros

"O PASSADO QUE NÃO PASSA"



25. SEGURO DE CRÉDITO

Marcele Lemos

26. SAÚDE & BOA FORMA

Dr. Carlos Alberto Pastore



28. CONSELHO CONSULTIVO ANFAC

29. ARTIGO

Modesto Carvalhosa

"O PATÉTICO PACOTE ANTICORRUPÇÃO"



Edição

tamer
comunicação

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1912 - cj. 12B - CEP 01451-000 - Jd. Paulistano - São Paulo - Tel: 11 3031.2388 - www.tamer.com.br
Editor responsável: Theo Carnier

As matérias e artigos aqui publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.



Reduza sua inadimplência. Venha para o SmartCob.

Com o SmartCob sua empresa ganhará agilidade na recuperação dos créditos, através de um processo inteligente de cobrança.

Expanda seus negócios para novas fronteiras, reduza riscos e aumente sua lucratividade com mais uma solução inteligente SmartFactor.



Principais Recursos:

- VISÃO CEDENTE
- VISÃO SACADO
- COBRANÇA POR ETAPA
- REGISTRO DE CONVERSAS
- AGENDAMENTO DE CONTATO
- MODELOS DE CORRESPONDÊNCIA
- NEGATIVAÇÃO VIA PEFIN (SERASA)
- CONTROLE DA CARTEIRA JURÍDICA

Vendas:

☎ 67. 3029.7004
 ☎ 11. 3522.4418
 ✉ vendas@smartfactor.com.br

www.smartfactor.com.br

Momento de REFLEXÃO

A atual conjuntura brasileira, que está a demandar reflexão e prudência, mostra que não pode ser mais adiada a adoção de medidas do governo, que possam efetivamente permitir que o Brasil retome seu ritmo de crescimento.

A agenda da sociedade brasileira prioriza a adoção de providências que extirpem a leniência no uso do dinheiro público e promovam uma reforma real no campo político e no tributário fiscal, capazes de incrementar e agregar valores à economia nacional.

Não obstante, o fomento comercial continua exercendo sua relevante função socioeconômica, pois, no curso de sua história, muito tem ajudado a economia em momentos de dificuldades e de incertezas.

A atividade, que vem mostrando robustas provas de sua capacidade de se desenvolver, é sustentada num marco regulatório emanado, ao longo do tempo, de criteriosas normas corporativas e institucionais de iniciativa da ANFAC, baseadas em normativos infralegais da administração pública federal e em atos legislativos infraconstitucionais.

O fomento comercial está implementando mecanismos de avançada tecnologia da sistemática operacional, com implicações nos controles de natureza tributária fiscal, que atingirão todos os setores da economia.

Esse avanço nos permite vislumbrar a possibilidade de agregar vantagens competitivas para nossas empresas, que, pelo seu objeto, têm condições de acompanhar de perto o dia a dia de sua clientela, avaliando, identificando e mitigando tempestivamente os riscos endógenos e exógenos, não negligenciando a observância de seus padrões de conformidade.

Por já ter vivenciado o impacto de tantos cenários políticos e econômicos de maior ou menor grau de intensidade, a ANFAC recomenda que se verifiquem aquelas atividades da economia mais desassistidas e revisem os processos de COMPLIANCE, aproveitando os espaços relativos às Classes de Risco presentes em seu investimento, quais sejam, Operacional, Crédito e Mercado.

O fomento comercial, por sua flexibilidade, tem sido a solução dos momentos de retração da



LUIZ LEMOS LEITE

Presidente

economia para viabilizar o suprimento de recursos a diversos setores da cadeia produtiva.

Temos instituições sólidas em condições de resistir a mais esta crise. Há de se reconhecer, sem dúvida, que existem pontos positivos, como a solidez das instituições financeiras, as reservas internacionais que giram em torno de US\$ 400 bilhões, empresas multinacionais que, não obstante, estão investindo no Brasil, no setor automotivo, eletrônico, de tecnologia e de serviços, além do anúncio alvissareiro de aporte de US\$ 53 bilhões da China, mesmo que sobre modalidade de empréstimo.

De qualquer modo, há uma réstia de esperança que pode permear o atual cenário de incertezas como um estímulo a dinamizar alguns setores da economia. Esta quadra da vida nacional se apresenta propícia para ser explorada pelas empresas de fomento comercial, que, pela sua qualificação profissional e alocação de capital, podem desfrutar esta valiosa oportunidade para atender a uma grande demanda seja via factoring, fundos ou securitizadoras. ■



“QUANDO A INFLAÇÃO CRESCE
e a corrupção aparece,
elas destroem a sociedade”

Por Gustavo Giroto
Fotos: Mário Bock

O embaixador Rubens Ricupero não é figura fácil na mídia. Suas opiniões não estão todos os dias nos jornais ou nas rádios. Suas reflexões pontuais, quando acontecem, são avaliadas com muito respeito pelo mercado financeiro. A Revista da ANFAC teve o privilégio de ouvir o ex-ministro da Fazenda do governo Itamar Franco em seu gabinete na FAAP (Fundação Armando Álvares Penteado), onde, desde 2005, dirige a Faculdade de Economia. Sempre com colocações serenas, mas extremamente assertivas, Ricupero analisa, entre outras coisas, a atual crise da economia nacional, aborda os aspectos políticos e éticos que influenciam o crescimento do País, os programas sociais do governo e a participação pouco eficiente do Brasil nas negociações com o comércio exterior.

Revista ANFAC – Como um dos artífices do Plano Real, como o senhor avalia o ressurgimento da inflação?

Ricupero – A meu ver, a esquerda no Brasil sempre subestimou o perigo da inflação. Quando eu era ministro da Fazenda e estava tentando lançar o real, a esquerda dizia que a inflação era um tema dos banqueiros, um tema dos ricos, quando era exatamente o oposto, quem sofre mais são os pobres. Quem depende de salário fixo vê o dinheiro derreter no bolso. Em período de inflação, os

banqueiros se defendem e até ganham mais. Eles diziam que tinham mudado, mas promoveram a volta da inflação.

Revista ANFAC – Quais são os principais erros que o governo está cometendo?

Ricupero – Os romanos diziam, ‘a dose é que faz o veneno’. Uma pequena inflação, como uma pequena corrupção, você pode alçar os ombros. Mas quando a inflação cresce e a corrupção aparece, elas destroem a sociedade. A corrupção pode permear tudo, a ponto que praticamente destruiu a Petrobras. A empresa já é desprezada no mercado mundial de petróleo. Ela é vista como se olha a venezuelana PDVSA, talvez até pior. A corrupção destruiu a Itália na Primeira República, destruiu todos os partidos, o maior partido comunista do ocidente. Além disso, o governo subestima a força profunda do impulso das pessoas de terem uma vida decente. A maioria dos brasileiros tem que dar duro para sobreviver. É claro que essas pessoas todas ficam revoltadas quando veem como as coisas estão acontecendo com o dinheiro delas. Isso tem um poder destrutivo fortíssimo.

Revista ANFAC – Qual é a percepção do senhor sobre o futuro?

Ricupero – Existem alguns cenários. O cenário mais favorável seria que a presidente conseguisse deter essa perda de popularidade, que tem sido muito rápida, recuperasse o equilíbrio e adotasse uma nova postura de comportamento. Estas circunstâncias, agregadas ao ajuste fiscal, permitiriam que ela cumprisse seu mandato de uma maneira pouco brilhante. A operação Lava Jato ainda é um processo em aberto. É uma espécie de metástase. Não se sabe até aonde vai.

Revista ANFAC – Qual seria o outro cenário?

Ricupero – Caso a situação se agrave ainda mais, não acredito em uma intervenção militar, como no passado, mas

numa crise das instituições, que deverá ser resolvida basicamente pelo Congresso.

Revista ANFAC – Poderia detalhar um pouco mais isso?

Ricupero – É que uma crise institucional pode levar a uma mudança de regras, como aconteceu em 1961, depois da renúncia do Presidente Jânio Quadros. O parlamentarismo foi adotado como um meio termo, porque os militares não queriam dar posse ao Jango (João Goulart). Então, imaginou-se que o parlamentarismo lhe daria menos poder. Ele tomou posse e, imediatamente,

“O governo subestima a força profunda do impulso das pessoas de terem uma vida decente. A maioria dos brasileiros tem que dar duro para sobreviver”

quis destruir aquele regime. Aí a crise continuou. Eu acho que no momento atual já é nítida a migração do poder para o PMDB.

Revista ANFAC – Esse governo diz que um de seus legados é ter melhorado muito as condições de vida da população mais simples. Transformou em losango a antiga pirâmide das classes sociais. Agora, com esse aumento da inflação, com a destruição da riqueza, esse losango não pode voltar a ser uma pirâmide?

Ricupero – Eu concordo em parte, mas não no todo. Acho, pessoalmente, que um dos defeitos que o PT teve, talvez devido a suas táticas políticas de poder, é que o partido nunca teve muita grandeza de reconhecer o que vem acontecendo no Brasil, desde o regime militar. É um esforço coletivo, mesmo com os erros. O José Sarney não teve êxito depois de lançar o Plano Cruzado. Depois não deu certo o Plano Collor. Mas, depois disso, a partir do governo Itamar Franco, com quem eu trabalhei como ministro da Fazenda, não aconteceu propriamente uma continuidade, mas uma compatibilidade de política econômica. O que Itamar fez não foi incompatível com que o Fernando Henrique Cardoso realizou, que, por sua vez, não foi incompatível com o que o Lula fez, pelo menos, até o segundo mandato.

Revista ANFAC – Não aconteceram muitos solavancos na economia.

Ricupero – Mantiveram certa estabilidade da moeda, evitaram que a inflação disparasse, sustentaram a Lei da Responsabilidade Fiscal, contiveram os gastos do governo, agências regulatórias ficaram estáveis, capazes de ter certa independência e de criarem um quadro favorável aos investimentos. Foi uma sequência muito importante para o desenvolvimento do País.

Revista ANFAC – Não sua opinião, quando a coisa começou a desandar?

Ricupero – Foi quando o PT começou a se afastar das agências regulatórias, criando a semente dessa instabilidade de regras, que acabou paralisando os investimentos. Quer um pequeno exemplo? No acordo para que os caminhoneiros suspendessem o bloqueio das estradas, o governo concedeu a eles que não paguem pedágio quando estão sem carga. Ora, isso muda toda relação do contrato que o governo assinou com as empresas privadas que administram as rodovias. São decisões como essas que afugentam os investimentos.

Revista ANFAC – Qual é a sua avaliação sobre os programas sociais do governo?

Ricupero – Alguns programas sociais são excelentes. Eu gosto muito tanto do Bolsa Família, porque se direciona aos mais pobres, aos mais vulneráveis, como também do programa da casa própria, embora tenha muitos problemas de fraude. Outros programas não são eficientes. Há outras coisas se fôssemos o país mais rico do mundo. Infelizmente nós estamos perdendo o fundamental, que é o crescimento. Essa é a alavanca que permite combater a pobreza.

Revista ANFAC – Como ficam esses programas sem o necessário crescimento econômico?

Ricupero – Se a economia não cresce por muitos anos, ou cresce 1% ou menos, aí não tem programa social que resolva, porque você não pode tirar de onde não existe nada. Aí, começam os conflitos sociais. Surgem os protestos da esquerda: ‘o ajuste é todo em cima dos pobres, dos desempregados, dos pensionistas’.

Revista ANFAC – Qual é sua receita para consertar a atual situação?

Ricupero – A presidente mesmo reconheceu que para retomar o crescimento é preciso consertar as contas. Mas, infelizmente, ela deixou que as coisas se deteriorassem muito no ano passado. Há vários índices que retratam isso, um dos piores é o déficit nominal do orçamento. Sem falar do déficit primário, que envolve pagamento de juros, ele está em 6,7% do PIB. É, em média, duas vezes maior do que o dos países europeus, sendo que o limite é 3% do PIB. O déficit em conta-corrente chegou a 4,2% do PIB. Esse rombo em conta-corrente significa que há anos estamos importando poupança de fora. Não para investir, mas para financiar o consumo, que é o pior dos mundos possíveis. Se fosse poupança para criar fábrica, para criar infraestrutura, mas não é.

Revista ANFAC – Por quanto tempo viveremos esse clima de recessão?

Ricupero – Bem, antes de tudo, eu não invejo a situação do ministro Joaquim Levy. Quando fui ministro, o momento era também muito difícil, mas, eu tinha um apoio grande, tanto do presidente Itamar como do Congresso. Tínhamos a colaboração de quase todas as forças políticas, menos do PT. A população nos apoiou em bloco, hoje em dia você não tem essas condições. Portanto, a intensidade e a duração do

“Nós temos que criar condições para o Brasil crescer pelo menos 3,5%, 4% ao ano. Essa é a única forma de conseguirmos avançar socialmente, é com crescimento”

tempo da recessão vão depender muito daquele primeiro cenário de que nós falamos antes. A equipe econômica presta um esforço até heroico. Os ministros Joaquim Levy e Nelson Barbosa, além do Alexandre Tombini, presidente do Banco Central, contam com o meu maior apreço. São pessoas muito qualificadas. Se eles conseguirem se manter de pé, e aos poucos arrumarem as coisas, acredito que pode haver uma queda menor do PIB. Sou daqueles que têm esperança que nem chegue a me-

nos 1%. Acho que o Brasil vive certo dinamismo. Eu desejaria até que não houvesse recessão.

Revista ANFAC – E o crescimento?

Ricupero – Nós temos que criar condições para o Brasil crescer pelo menos 3,5%, 4% ao ano. Essa é a única forma de conseguirmos avançar socialmente. É com crescimento. Para isso, o País inteiro tem que ter uma união sagrada. Porque, para mim, não é importante essa história de divergência entre PT, PMDB ou PSDB. O importante é ter uma união nacional em favor da superação desses problemas e do crescimento.

Revista ANFAC – A globalização levou o mundo a uma mudança de paradigma. Existe hoje um Estado mais soberano e uma sociedade mais global. Olhando por esse prisma, o Brasil fez uma boa lição nos últimos anos?

Ricupero – Nessa área do comércio, o Brasil tem uma situação que me leva a uma abordagem diferente. Eu não faço muito parte dessa unanimidade que diz que nós deveríamos ter dado preferência aos acordos bilaterais e regionais. Ao contrário, acho que há muita ilusão nessa abordagem, porque depende muito da estrutura produtiva e de comércio exterior de cada país. Para alguns países, como os Estados Unidos, fazem muito sentido esses acordos bilaterais e regionais, não tanto pelo comércio, mas porque eles usam o pretexto do comércio para impor coisas que são de grande interesse deles. No Brasil é muito diferente. A nossa capacidade está nas áreas de suprimento e de produção. Hoje em dia, o único setor em evidência é o de commodities, sobretudo na agricultura e na pecuária. Ora, nessas áreas, os acordos bilaterais e regionais não acrescentam muito. Países da União Europeia, além de Estados Unidos, Coreia do Sul, Japão, têm muita proteção à agricultura e não vão abrir mão disso. Só na OMC (Organização Mundial do Comércio)

é que se pode conseguir alguma coisa, por exemplo, a supressão dos subsídios à exportação.

Revista ANFAC – Quais são os diferenciais do Brasil?

Ricupero – Uma particularidade do Brasil, que o torna muito diferente, por exemplo, do México, é que temos um comércio exterior com mercados de destinos muito diversos. O México, mesmo antes de assinar o NAFTA (North American Free Trade Agreement), tinha mais de 80% do seu comércio com os Estados Unidos. Mas, o Brasil, nesses últimos 50, 60 anos, chegou a ter nos Estados Unidos 25% do destino das exportações. Então, um país como o Brasil não pode jogar todas as fichas nos Estados Unidos.

Revista ANFAC – Qual é o caminho que o Brasil deve trilhar no mercado internacional?

Ricupero – Existe aqui um argumento que pouco tem se falado: a nossa capacidade de oferta. Isto é, ter produto, preço e qualidade competitiva. Ora, a indústria brasileira já não tem condições de atender nem o mercado doméstico. Portanto, não tendo essa capacidade, o país não pode fazer acordos significativos.

Revista ANFAC – O Brasil está perdendo o bonde da globalização? Virou o país mais vulnerável entre os integrantes do BRICS?

Ricupero – Há um pouco de verdade na ideia de que o Mercosul foi mal conduzido. É preciso flexibilizar as regras para negociar, se for necessário, entre aqueles que estão dispostos. Essa é uma resolução de Conselho de Ministros. O que vou falar aqui ninguém está dizendo: os argentinos vão acabar fazendo isso antes de nós.

Revista ANFAC – Como?

Ricupero – Acho que é muito provável que, a partir do fim deste ano, a Argentina terá um governo em condições de



resolver o problema da dívida, permitindo que o país volte a ter acesso ao mercado financeiro e tenha espaço para negociação. A Argentina tem problemas que são, de certa forma, mais tratáveis que os brasileiros, pois é um país mais ou menos como o Estado de São Paulo, em tamanho e população, com um produto interno até menor. Eles têm um déficit nominal de orçamento que é bem menor que o do Brasil. O déficit em conta-corrente deles é bem menor do que o nosso. Eles vão se recuperar mais depressa. Sabe por quê? Aqui nós desperdiçamos a possibilidade da mudança e a Argentina não.

Revista ANFAC – Quando foi que perdemos essa oportunidade?

Ricupero – Acho que é muito longo um ciclo de 12 anos no poder. A alternância é sempre necessária, qualquer que seja o partido. Foi um grande erro

do PT ter procurado vencer a qualquer custo. Eles venceram, mas foi uma vitória com sabor de derrota. Herdaram um legado deles mesmos. Pode-se dizer: ‘foi, até certo ponto, uma justiça punitiva’. Mas, infelizmente, é o País que vai perder. Seria melhor que tivessem passado por um período de penitência de uns quatro anos para se purificarem.

Revista ANFAC – A economia e a política devem ser tratadas de forma interligada.

Ricupero – Não se pode pensar em uma solução da crise econômica sem a solução da crise política. O mundo mudou, mas já tinha mudado no ano passado. Voltando ao início da nossa entrevista, a grande parte da perda da credibilidade da Dilma e do PT é causada porque eles foram eleitos com uma plataforma e estão colocando em prática a plataforma da oposição. ■



CENTRAL DE RISCO FACTOR – BOA VISTA SCPC

Um produto desenvolvido pelas Factorings para as Factorings

O Factor é uma solução desenvolvida especialmente para atender as necessidades das Factorings, possibilitando a análise de crédito e gestão completa do comprometimento de cedentes e sacados com o segmento Fomento Mercantil.

Principais benefícios:

- Atualização das informações comportamentais “on line” e em tempo real;
- Visão exclusiva dos indicadores mais relevantes do fomento mercantil, auxiliando na prevenção à fraude;
- Facilidade na visualização e avaliação do grau de endividamento da empresa como cedente e sacado;
- Avaliação consistente e imparcial, o que possibilita a redução da inadimplência e o aumento da rentabilidade da carteira de crédito.

Compartilhar experiência e conhecimento



Mapa: IBGE

“Todo artista tem de ir aonde o povo está.” A frase da canção Nos Bailes da Vida, do compositor Milton Nascimento, retrata, em parte, o significado da presença institucional constante da ANFAC nos inúmeros eventos regionais promovidos pelos SINFACs, que representam o setor de factoring em 22 Estados brasileiros.

Sem medir esforços, a ANFAC procura, em cada um desses eventos, compartilhar a experiência e o conhecimento de seus dirigentes na contextualização dos processos, na

padronização dos procedimentos de governança corporativa e na representatividade política da instituição.

Criados pela ANFAC na década de 1990, os SINFACs têm, entre outros objetivos, integrar e representar a categoria patronal nos diversos acordos coletivos de trabalho firmados, anualmente, com os sindicatos da classe dos trabalhadores. Veja, a seguir, as fotos e os depoimentos de alguns presidentes dos SINFACs que realizaram eventos recentemente.

SINFAC AL-SE



Agradecemos ao presidente da ANFAC por sua honrosa visita, ao nosso Estado, juntamente com sua equipe, proporcionando um grande e importante apoio ao nosso SINFAC AL-SE, nos brindando com um evento de alto nível e com um grande sucesso, que teve e continua tendo uma grande repercussão em nossa cidade. Isso nos deixa, bastante, motivado para continuar à frente do nosso SINFAC



AL-SE. Além dos seus competentes colaboradores, Dorival Maso e José Luis Dias da Silva, quero destacar o excelente trabalho feito pela Clari Puntel, que, com certeza, trará resultados positivos para o nosso sindicato.

Nélber Jatobá de Almeida
Presidente SINFAC AL-SE



SINFAC MG

A ANFAC é nossa referência e parceira, atenta às reivindicações do nosso setor, dos nossos associados e no futuro do fomento comercial em priorizar a tecnologia, a inovação e a produtividade. Assim, a entidade participa de várias ações para fazer valer o apoio da lei, da ética e da moral perante a sociedade e continuar seu papel relevante e ativo participante da evolução



do País. Também destaco a educação executiva concedida pela ANFAC com temas atuais para preparar os profissionais para o bom desempenho de suas funções nas empresas de fomento comercial.

Jeferson Terra Passos
Presidente SINDISFAC MG



SINFAC AM

A ANFAC realiza um modelo de gestão cada vez mais integrado com seus associados e concede total suporte e apoio para treinamentos sobre questões práticas, elucidando dúvidas e garantindo melhor compreensão a respeito das medidas que devem ser adotadas. Como exemplo, destaco o treinamento sobre as resoluções do COAF,



em que são discutidas normas legais, buscando uma abordagem prática, e identificar a rotina das empresas de fomento comercial. O trabalho realizado pela ANFAC une cada vez mais o setor, trazendo



esperança para uma categoria econômica que cresce a cada dia.

Mário Ricardo Farias Gomes
Presidente SINFAC AM



SINFAC RS



A relação entre a ANFAC e o SINFAC RS é muito próxima. A entidade é a precursora em fortalecer a causa do setor do fomento comercial como um sistema organizado, representativo e respeitado no cenário econômico, social e político. Além de ter sido responsável pela criação de todos os sindicatos, é uma entidade que enaltece o setor pela qualidade dos profissionais envolvidos. No nosso



Estado, a ANFAC é muito importante por defender a relevante função socioeconômica desempenhada pelas empresas de fomento comercial, que dão sustentabilidade ao segmento da pequena e média empresa.

Márcio Henrique Vincenti Aguilar
Presidente SINFAC RS



SINFAC PE



Não existe luta individual por uma causa. A cada dia, a ANFAC nos mostra a importância da gestão coletiva para desbravar cada vez mais ações em prol de todas as empresas que trabalham no mercado do fomento comercial. Principalmente pelos treinamentos para que os empresários do setor se sintam motivados para en-



frentar os desafios da inovação e da criatividade, o apoio à equipe de associados, entre outros. A ANFAC, com seu comprometimento de manter o olhar atual, constrói uma real cidadania financeira.

Frederico José de Alencar Loyo Filho
Presidente SINFAC PE



SINFAC RJ

A ANFAC tem com o SINFAC RJ uma ligação histórica de extrema importância, já que foi fundada no Rio de Janeiro no início da década de 80, pelo também carioca, Luiz Lemos Leite. O Rio de Janeiro já foi palco do I e do II Encontros Jurídicos ANFAC, em 2005 e 2011, respectivamente, e do XII Congresso ANFAC na Barra da Tijuca, em 2014. Além dos eventos e

dos cursos, a ANFAC apoia o SINFAC RJ por meio de orientação aos associados sobre variados temas e o apoio na construção de parcerias.

Carlos Alberto Gomes Silva
Presidente SINFAC RJ



SINFAC PR A ANFAC tem sido a âncora para os SINFACs porque tem representatividade institucional e política para assegurar o respeito e a ética da atividade frente à sociedade. Os eventos que os SINFACs de todo o Brasil realizam têm sempre o apoio e a solidariedade da ANFAC. Na maioria das vezes os eventos são realizados em

consonância e em estreita sintonia entre ambos. Trata-se de ter a “mãe” (assim chamada a ANFAC) por perto, protegendo e assegurando o êxito dos acontecimentos em prol da atividade do fomento comercial.

José Góes
Presidente SINFAC PR



SINFAC DF Nas atividades desenvolvidas pelo SINFAC DF, especialmente quanto à realização de cursos, palestras e eventos similares, temos muito contato com a colaboração da ANFAC. É sabido da larga experiência acumulada pela ANFAC no âmbito do fomento

comercial, por ter sido a instituição pioneira na defesa do nosso segmento.

Márcia Adriana Rodrigues da Cunha
Presidente SINFAC DF



SINFAC PA



Foto: AscomSinfacPA



Entendo que a participação da ANFAC nos eventos realizados pelo SINFAC PA traz uma substancial elevação em seu nível de importância. Assim como agrega prestígio em função do respeito e conhecimento da atividade adquiridos ao longo desses 33 anos de trabalho em prol do segmento. Consolida a parceria existente entre o sindicato e a Associação Nacional, que se complementam

em seus níveis de atuação. Essa troca de conhecimentos e união na representatividade do setor nos fortalece e nos leva a conquistar grandes vitórias em matérias de relevante interesse da atividade.

César Moura Rodrigues
Presidente SINFAC PA





XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE FOMENTO COMERCIAL

DE 20 A 22 DE ABRIL DE 2016 / FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ

Bourbon Hotéis & Resorts



www.anfac.com.br/congresso

Realização



Organização



Apoio





O amanhã do FACTORING

O XIII Congresso Brasileiro de Fomento Comercial a ser realizado pela ANFAC, entre os dias 20 e 22 de abril de 2016, no Bourbon Hotéis & Resort, em Foz do Iguaçu (PR), além de apresentar as perspectivas para os próximos anos, oferece uma ampla visão sobre o setor de fomento comercial no Brasil e em outros países

As perspectivas de curto e de médio prazos do factoring no Brasil, a conjuntura da economia brasileira, o desempenho da atividade financeira no Brasil, os FIDCs. Esses são alguns dos assuntos que serão debatidos no XIII Congresso Brasileiro de Fomento Comercial, evento e realização da ANFAC cuja organização está a cargo do SINFAC PR. Considerado o acontecimento máximo do setor de fomento comercial, programado entre os dias 20 e 22 de abril de 2016, em



José Góes:
presidente do
SINFAC PR

Foz do Iguaçu, Paraná, no paradisíaco Bourbon Hotéis & Resorts.

Sempre atentos às reivindicações do mercado, aos anseios dos associados e aos desafios que se impõem à atividade, para cumprir a missão de passar uma visão minuciosa sobre o ambiente em que atuam as empresas e os profissionais do fomento comercial, os organizadores estão selecionando palestrantes e conferencistas altamente qualificados.

“Será um momento importante para dis-

cutir, analisar, levantar questões e aprimorar o conhecimento a respeito da categoria que muito faz para o crescimento do Brasil. Nosso setor cresce e se fortalece a cada ano, são milhares de empresas, que conhecem e confiam no nosso trabalho”, aponta José Góes, presidente do SINFAC PR.

Na avaliação de Góes, o evento fortalece ainda mais um dos principais segmentos da economia nacional, principalmente pelo apoio que o setor oferece às empresas de menor porte. “O SINFAC PR atua de maneira intensa há 24 anos para dar suporte às pequenas empresas, que são os vasos capilares que irrigam nossa economia. É uma satisfação trazer o evento para Foz do Iguaçu, um atrativo importante para os participantes, familiares e demais acompanhantes”, afirma ele.

Com o intuito de inovar sempre, em sintonia com as demandas de um mercado pujante, a organização corre com os preparativos que cercam a realização do

XIII Congresso Brasileiro de Fomento Comercial. Tradicionalmente pelo protocolo do congresso, a palestra de abertura cabe ao presidente da ANFAC, que abordará o tema “Trajetória do Fomento Comercial no Brasil – Perspectivas de curto e médio prazos”. “São 33 anos



Congresso da
ANFAC 2014:
Rio de Janeiro

de um longo caminho percorrido, no trabalho incansável de agregar todas as empresas de fomento comercial. Agora, nesse evento, temos que discutir as inovações em sintonia com as demandas de um mercado ágil e criativo como este em que atuamos”, explica Luiz Lemos Leite.



XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE FOMENTO COMERCIAL

DE 20 A 22 DE ABRIL DE 2016 / FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ



ENCONTRO DE LÍDERES

A expectativa dos organizadores é reunir um número expressivo de empreendedores do setor do fomento comercial, estruturadores, administradores, consultores e gestores de fundos de recebíveis e de securitizadoras de crédito. O XIII Congresso Brasileiro de Fomento Comercial é aberto, também, a outros profissionais afinados com o segmento, como advogados, auditores, contadores e líderes de entidades representativas da classe. “Nosso objetivo é reunir mais de 600 participantes de todo o Brasil para discutir e fortalecer ainda mais o setor com vistas às necessidades do mercado”.

Outra grande expectativa apontada pelo presidente da SINFAC PR é a geração de novos negócios para os expositores e patrocinadores do congresso. Segundo Góes, grande parte do público é formada por dirigentes do setor, que estão sempre em busca de inovações e de conveniências que favoreçam o dia a dia da sua atividade. “Muitos tomadores

de decisão estarão reunidos em um único lugar, o que é uma ótima oportunidade para as empresas expositoras ampliarem seus negócios”, acredita Góes.

INSCRIÇÕES

As inscrições para o XIII Congresso Brasileiro de Fomento Comercial devem ser realizadas via internet (www.anfac.com.br/congresso). Para cada participante adicional inscrito, da mesma empresa, será concedido um desconto progressivo de 10%, limitado a 30%. Exemplo: para o primeiro adicional, desconto de 10%; para o segundo, 20%; e para o terceiro em diante, 30%. Quem preferir pode dividir as inscrições em até oito parcelas (via boleto).

PARCEIROS E PATROCINADORES

Os interessados em se tornarem parceiros, patrocinadores e expositores já podem reservar seus espaços no XIII Congresso Brasileiro de Fomento Comercial. Para isso, basta contatar a

ANFAC, que vai informar os detalhes e os requisitos necessários. “Todas as empresas são muito bem-vindas pela ANFAC”, enfatiza Góes.

FOZ DO IGUAÇU

Um dos cartões-postais do planeta, a cidade de Foz do Iguaçu, localizada no extremo oeste do Estado do Paraná, na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, é uma atração turística que encanta toda a família por sua intensa programação de lazer. Sua beleza torna o município o terceiro destino de turistas estrangeiros no País, perdendo apenas para Rio de Janeiro e São Paulo. As Cataratas do Iguaçu – uma das Sete Maravilhas Naturais do Mundo – é um daqueles cenários que merecem ser visitados ao menos uma vez na vida. A região oferece também outros encantos turísticos que devem ser conhecidos, como o Parque Nacional do Iguaçu, o Parque das Aves e o complexo da Usina Hidrelétrica de Itaipu. ■

Encontro com Michel Temer

Em reunião-almoço promovido pelo IASP (Instituto dos Advogados de São Paulo), os dirigentes da ANFAC acompanharam palestra do Vice-Presidente da República, Michel Temer, sobre os principais aspectos da Reforma Política

Sempre próxima das principais discussões que definem o destino do País, a ANFAC marcou presença, no dia 19 de junho, em reunião-almoço promovido pelo IASP (Instituto dos Advogados de São Paulo), com o Vice-Presidente da República, Michel Temer, que falou sobre alguns aspectos

da Reforma Política, atualmente em curso no Congresso Nacional. Como membro do IASP, Luiz Lemos Leite, presidente da ANFAC, prestigiou o encontro organizado pelo ilustre presidente do IASP, José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro, que, em sua saudação ao palestrante, destacou a atuação de Temer no cenário político nacional.

Em sua explanação sobre o tema “A Reforma Política Possível”, Michel Temer despertou enorme interesse de uma plateia composta de políticos, magistrados, profissionais do direito e alguns empresários. Como professor de Direito Constitucional de notória competência, o Vice-Presidente da República defendeu, entre outros temas, o financiamento privado de campanhas eleitorais, permitindo que as empresas possam fazer doações a um candidato ou partido no pleito. Segundo Temer, o Estado já investe quantias consideráveis nas eleições, via Fundo Partidário e horário eleitoral gratuito, e não teria capacidade de arcar sozinho com todas

as despesas. Outro motivo é que os cidadãos e as empresas devem ter o direito de apoiar financeiramente os candidatos ou os partidos que representem uma causa na qual acreditem.

Em palestra no IASP, Temer declarou que o modelo eleitoral do “distritão” é o que mais está em conformidade com o texto constitucional e com os preceitos democráticos. Disse também que o voto proporcional, atualmente em vigor, é a única exceção que a Constituição faz à regra de que os atos de governo devem ser exercidos pela maioria. E que esse sistema produz distorções, como o fato de um candidato que recebe muitos votos acabar “puxando” outros que não se elegeriam de outra forma. Com o “distritão”, a eleição seria mais justa, afirmou, pois somente os mais votados seriam eleitos.

Outras vantagens, para o Vice-Presidente, seriam a diminuição do número de candidaturas, pois só concorreria quem tivesse chances de realmente ser eleito, o fim das coligações eleitorais feitas só para obter tempo de propaganda, que tiram a identidade dos partidos, e a diminuição de partidos políticos. Temer afirmou ainda que não há necessidade de o País ter 32 agremiações, uma vez que “não existem 32 correntes de opinião”. “Com a redução desse número, os partidos restantes ficariam mais fortes ideologicamente”, ponderou o Vice-Presidente da República. ■



José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro, Michel Temer, Luiz Lemos Leite e Arnaldo Faria de Sá



Cláudio Penteadó, Dorival Maso, José Carlos Francisco, Marcus Garutti, Alex Molano e Luiz Lemos Leite

Fotos: Divulgação



NOSSA HISTÓRIA ESTÁ LIGADA À EVOLUÇÃO DO FOMENTO COMERCIAL.



Há 26 anos, nossos clientes movimentam dezenas de bilhões de Reais todos os anos, fomentando mais de 20.000 empresas através de nossos sistemas para o mercado de Recebíveis.

Não importa o tamanho de sua empresa, mas sim, onde ela pode chegar. Conte com a confiança e experiência da EJS para Assessoria Financeira, Contábil, Planejamento Tributário, Estruturação de Empresas e Operacionalização de Sistemas de Gestão do Factoring, Securitização e FIDC.





7 perguntas

1 – Há quem diga que não se justificava o dólar a R\$ 2,60, e outros consideram que a moeda não pode ficar acima de R\$ 3,20. Em sua opinião, quem está com a razão? Por quê?

Acho que o câmbio pode e deve ultrapassar a marca de R\$ 3,20 ainda este ano, em benefício do balanço de pagamentos. Em particular, das transações correntes, altamente deficitárias e compensadas, por enquanto, por capitais de curto prazo, voláteis por definição.

2 – Como fazer isso?

Depende de decisão do Banco Central, que tanto pode comprar como oferecer swaps, swaps reversos e mesmo a redução de rolagem do estoque de mais de US\$ 100 bilhões. Ao “rolar” menos que 100%

de cada vencimento, equivale, para efeito de impacto na taxa, a uma compra de câmbio pelo BC, o que eleva a taxa.

3 – Até que ponto se deve utilizar o câmbio como uma das formas para reduzir (ou evitar a elevação) da inflação? É recomendável adotar esse tipo de estratégia?

A alta inflação de 2015 deve-se a inúmeros fatores, como a necessidade de “soltar” os preços antes represados de itens fundamentais: combustíveis, transportes, energia, água, etc. A alta do dólar (desvalorização do real) também influencia, mas com peso menor e, pelo contrário, dá-se em um momento oportuno, já que não se lhe pode atribuir a responsabilidade pelo estouro da meta de inflação. Em

certos momentos históricos, como no início da implantação do real, a “âncora cambial” foi essencial, na medida em que havíamos perdido a referência de preços e a estabilidade cambial. A abertura das importações e a liberdade de entrada e saída de divisas também contribuíram decisivamente para o controle inflacionário. Mas não se pode usar eternamente a valorização da moeda nacional – ou mesmo sua artificial estabilização, em relação ao dólar – como instrumento permanente de política econômica, sob pena de comprometer a balança comercial, as transações correntes como um todo (com destaque para o turismo) e, claro, o balanço de pagamentos. As reservas são altas, mas já aprendemos a duras penas que são voláteis.

netfactor mini
O SOFTWARE QUE VAI
ALAVANCAR O SEU NEGÓCIO



**PORQUE PEQUENOS
NEGÓCIOS TAMBÉM
MERECEM GRANDES
SOLUÇÕES DE GESTÃO.**

Adquira o *NetFactor Mini* com condições especiais de preço de implantação e valor mensal para empresas com até 5 funcionários.



O **NetFactor Mini** é sistema de gestão de factoring, FIDCs e securtizadoras que vai alavancar seu negócio com módulos operacional, comercial, análise de crédito, financeiro e contábil totalmente integrados.

Entre em contato conosco enviando uma mensagem para comercial@orderby.com.br ou telefone (51) 3223-3770, mencione que leu este anúncio na revista da ANFAC e obtenha condições especiais para a contratação de nossos produtos.

Tenha ferramentas exclusivas para análise de crédito, cobrança e checagem.

OrderBy

sobre o câmbio

Por Emilio Garofalo Filho *

4 – Muito se fala sobre a “cotação de equilíbrio” do dólar em relação ao real. Em sua opinião, existe mesmo essa “cotação ideal”. Por quê?

A cotação ideal é a que ajuda no equilíbrio do balanço de pagamentos e, portanto, é flutuante, principalmente por conta da flutuação do dólar ante outras moedas, mormente o euro, já que o yuan remimbi, moeda da China, está atrelado ao dólar, em paridade quase fixa. Em suma, a cotação ideal varia ao longo do tempo, de acordo com a conjuntura econômica e financeira internacional.

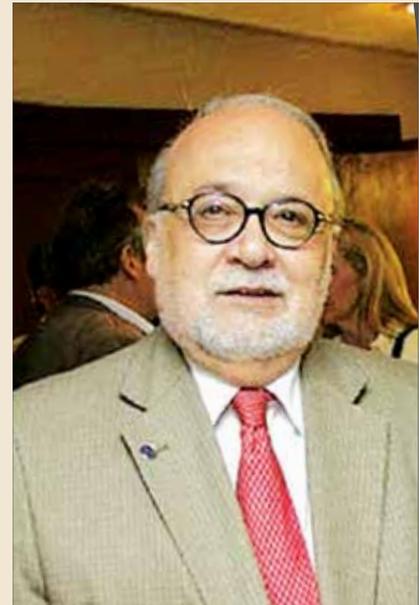
5 – Oficialmente, o câmbio flutua livremente no Brasil. Mas na prática essa “liberdade” vai até certo ponto, dadas as seguidas interferências do governo no mercado. O senhor acha positivo deixar que o câmbio varie para valer, sem intervenções do governo?

Como está implícito na questão, não é verdade que o câmbio flutue livremente no Brasil ou em qualquer país do mundo. Nos Estados Unidos, segue a influência da política monetária, não só pela definição pelo FED (FOMC) da taxa básica de juros, mas pelas injeções de liquidez na economia (Q.E.), entre outras medidas. No Brasil, o BC interfere no câmbio constantemente, seja por meio de compras de moedas, seja pela oferta de swaps cambiais, um instrumento derivativo que, para o comprador, equivale a uma compra de dólares. A livre flutuação, sem qualquer interferência do governo, chega a ser utópica, se considerarmos as diferenças de custos trabalhistas, tributários, logísticos, etc., entre os diversos países. Mas é certo que quanto menos intervenção, melhor.

6 – No Brasil, olha-se muito a cotação do real em relação ao dólar. Mas não seria importante também acompanhar o real em relação a outras moedas importantes como o euro, o yuan, o iene, entre outras?

Certamente! Devemos acompanhar a variação do real frente aos diversos países com os quais mantemos relações nos âmbitos comercial e financeiro, porém observando que a grande maioria do nosso comércio exterior é definida em dólar, mesmo em relação a toda a América Latina e à África, além – é claro – da América do Norte. Nosso atual maior parceiro comercial, a China, tem sua moeda totalmente atrelada ao dólar. Ainda assim, é importante conhecermos o poder aquisitivo – em dólar – de qualquer país ao longo do tempo.

7 – As empresas sujeitas à oscilação cambial têm entre suas ferramentas o hedge na bolsa. O senhor considera que a utilização desses instrumentos de proteção está disseminada no Brasil? Por quê?



Emilio Garofalo Filho: ex-diretor da área Externa do Banco Central, atualmente é diretor do Banco Ourinvest, especializado em câmbio e investimentos

Não nos parece que o brasileiro tenha uma cultura adequada de hedge (proteção) contra variações cambiais, apesar do esforço permanente e competente da bolsa. Certamente se faz – hoje – muito mais hedge do que poucos anos atrás, mas o instrumento ainda é mais disseminado no sistema financeiro que no setor produtivo. Há que se lembrar também que o hedge não é limitado ao câmbio, mas se aplica aos juros e às commodities em geral e a questão é cultural. ■





O Fator ANFAC sinaliza o preço de referência de compra de créditos para o mercado do fomento comercial (mero parâmetro). A composição do fator (referência de preço pelo qual são adquiridos os direitos creditórios originados de vendas mercantis) leva em conta os seguintes itens: custo – oportunidade do capital próprio, custos fixos e variáveis, impostos e expectativa de risco / lucro.

No jargão do factoring, em geral, diz--se que o fator representa a precificação da compra de créditos e nele estão computados todos os itens de custeio de uma empresa de fomento comercial. Na composição do cálculo do fator, a ANFAC utiliza como indicativo do custo / oportunidade a taxa do Certificado de Depósito Bancário – CDB (título emitido por instituição financeira de primeira linha, com taxa de juro prefixada por períodos de 30 dias). ■

SÉRIE HISTÓRICA DO FATOR ANFAC - MÉDIA MENSAL (%)																							
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Jan	30,67	8,36	6,64	4,55	4,79	4,52	4,20	3,80	3,89	4,42	4,24	4,55	4,52	3,96	3,96	4,03	3,76	3,80	3,86	3,56	3,82	3,96	
Fev	32,96	8,32	6,73	4,43	4,75	4,85	4,16	3,77	3,88	4,40	4,40	4,57	4,51	3,95	3,95	4,01	3,77	3,89	3,77	3,58	3,83	3,98	
Mar	34,56	8,90	6,61	4,28	4,64	5,10	4,12	3,83	3,82	4,40	4,40	4,60	4,51	3,94	3,95	3,99	3,81	3,86	3,73	3,60	3,86	4,02	
Abr	36,80	9,29	6,51	4,25	4,55	4,92	4,01	3,89	3,83	4,40	4,39	4,62	4,42	3,92	3,98	3,97	3,80	3,93	3,71	3,62	3,87	4,04	
Mai	35,30	9,07	6,23	4,24	4,50	4,82	3,99	3,89	3,81	4,43	4,41	4,63	4,35	3,91	3,99	3,92	3,90	3,92	3,68	3,61	3,92	4,29	
Jun	35,40	9,00	5,89	4,20	4,42	4,79	3,97	3,93	4,10	4,39	4,40	4,64	4,31	3,90	4,01	3,85	3,92	3,93	3,71	3,63	3,92	4,40	
Jul	9,85	9,02	5,60	4,20	4,33	4,75	3,91	4,10	4,04	4,36	4,42	4,63	4,29	3,90	4,02	3,83	3,92	3,94	3,67	3,65	3,93		
Ago	10,40	8,49	5,44	4,15	4,20	4,70	3,88	4,04	4,04	4,34	4,43	4,63	4,24	3,91	4,03	3,77	3,88	3,95	3,61	3,72	3,93		
Set	8,58	8,11	5,25	4,13	4,50	4,56	3,87	4,03	4,01	4,33	4,45	4,62	4,13	3,92	4,00	3,76	3,89	3,93	3,60	3,74	3,92		
Out	8,46	7,85	5,02	4,10	4,55	4,40	3,85	3,97	4,25	4,28	4,46	4,61	4,06	3,93	4,07	3,75	3,91	3,92	3,59	3,78	3,92		
Nov	8,71	7,72	4,78	4,96	4,50	4,39	3,87	3,95	4,37	4,25	4,49	4,58	3,99	3,94	4,07	3,75	3,88	3,91	3,59	3,80	3,95		
Dez	8,36	7,28	4,70	4,80	4,49	4,35	3,83	3,90	4,38	4,24	4,51	4,55	3,96	3,96	4,07	3,75	3,90	3,89	3,56	3,80	3,95		

Operação Sacado FIDC | Factoring Reverso

Operação de antecipação de recebíveis tipicamente realizada por uma empresa varejista, média ou grande, em parceria com instituições financeiras, com o objetivo de auxiliar seus fornecedores na obtenção de recursos à vista.

O varejista, que nessa operação chamamos de Sacado, oferece aos seus fornecedores, comumente através de um FIDC, os recebíveis oriundos do seu contas a pagar para antecipação.

O Fornecedor (Cedente da Duplicata) seleciona os títulos no portal e solicita a cessão através do nosso portal, que caso aprovada resultará num TED diretamente na conta do fornecedor.



Para montar seu próprio portal, entre em contato com a nossa área comercial.

www.rgbsys.com.br
contato@rgbsys.com.br

RIO DE JANEIRO
(21) 2203-0101

SÃO PAULO
(11) 3522-8106



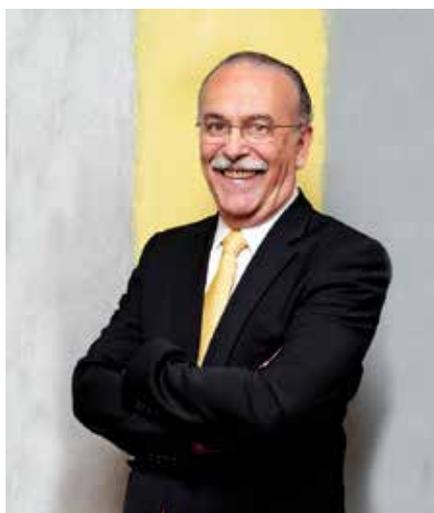
O PASSADO que não passa

Por José Roberto Mendonça de Barros *

Em dezembro de 2011, Carlos Melo, do INSPER, e eu, publicamos um artigo no Estadão que, mais de três anos e meio depois, parece ser, infelizmente, atual. Dizíamos, então, que “é importante crescer, mas de modo sustentável. Não basta apenas querer o crescimento, gargalos precisam ser alargados e entraves, removidos. Urge iniciar um novo ciclo de mudança”. Hoje, ocupo este espaço para um novo artigo com o Carlos Melo, no qual colocamos que não apenas esse processo não veio, como o governo se perdeu no triunfalismo e em conquistas limitadas que festejava.

Já naquela ocasião, apontávamos que ao contrário dos primeiros anos do governo petista, “a agenda era mais complexa. Há um sério problema na expansão da oferta: a produtividade, total e do trabalho, está estagnada; os custos de produção e de investimento sobem velozmente: a competitividade sistêmica cai nas classificações internacionais, como o Doing Business do Banco Mundial; o investimento perde vigor. A despeito disso, a grande resposta do governo é estimular a demanda”. Passados 42 meses desde a publicação do nosso artigo, podemos dizer que essa situação se agravou ainda mais. Na verdade, até regrediu: voltamos às agruras dos ajustes fiscais e agora não nos resta alternativa de curto prazo que não seja defender a cidadela macroeconômica, que a esta altura de nossa história deveria ser ponto pacífico, questão superada.

Como em dezembro de 2011, ainda “precisamos de poupança, investimento, infraestrutura, ambiente de negócios,



* José Roberto Mendonça de Barros

é economista, sócio da MB Associados, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República no Governo FHC

regulação e formação de capital humano – e mais investimento. Precisamos muito de uma substancial melhora na governança pública; precisamos recuperar a credibilidade do sistema político e fazer reformas. Precisamos crescer de uma vez por todas e a isso se dá o nome de maturidade”. Mas, na verdade, tudo parece mais difícil: agora o ímpeto para o investimento, nos tempos de Operação Lava Jato, se recolheu; sabe-se lá o que mais pode estourar nessa cesta de explosivos que se revelou a relação entre governos e estatais com parte das empresas privadas, fornecedoras de insumos e serviços. A ideologia e a falta de pragmatismo comprometeram marcos regulatórios, o ambiente de negócios piorou, sem as reformas necessárias, a

governança pública está em cheque; e a credibilidade do sistema político nunca esteve tão baixa, incapaz hoje de fazer reformas – nem mesmo as que interessam apenas ao sistema político.

O deficit de liderança é ainda maior. Após tantos desatinos durante a eleição de 2014 e mesmo após a posse, em janeiro, a presidente Dilma Rousseff calcinou a maior parte de seu capital político; compôs um governo fraco, de poucos quadros qualificados, possuidor de uma única “bala de prata” – o ajuste do ministro Levy, tão necessário quanto insuficiente. A presidente perdeu comando e com ele o controle de sua base aliada. Se vê sujeitada a insistir em práticas que se esgotaram, como recursos que um dia, apesar de questionáveis, apresentaram alguma eficiência momentânea – a distribuição de cargos e espaços, no governo. Sem criatividade ou ousadia, Dilma se recolheu, incapaz de expressar uma nova mensagem à nação, mais preocupada com sua popularidade, hoje ao rés do chão.

Em 2011, dizíamos que “não é fácil fazer reformas. A presidente, mesmo que as quisesse – e aparentemente não quer – dificilmente conseguiria emplacar agenda nessa direção. Sua base política é enorme, porém fragmentada e contraditória; seus aliados, beneficiados do status quo, são reativos; e mesmo seu ‘Estado maior – incluindo aí o ex-presidente Lula – se mostra temeroso de conflitos capazes de afetar o obsessivo indicador da popularidade”. O que dizer hoje? O ex-presidente Lula, por muito tempo, dito como uma espécie de fiador de Dilma, hoje, à luz do dia, rifa o governo de sua ex-protégida.

Está mais preocupado com a manutenção de sua base eleitoral tradicional, do que com seu lugar efetivo na história. O mesmo vale para boa parte do PT, que parece não mais considerar seu o governo atual.

O impasse se aprofunda, e até mesmo a oposição, sobretudo do PSDB, se mostra incapaz de expressar alternativas e apontar caminhos de saída. É preciso compreender que quanto pior, pior para todos. Dizíamos no final de 2011 que “há um conhecido rol de propostas, ainda não totalmente desenvolvidas e articuladas. Diante do esmaecimento do processo, seria de supor que o momento de implementá-lo chegou. Todavia, sua oportunidade política parece cada vez mais distante”. E mais distante ainda nos parece hoje, se não houver entendimento político para a superação do péssimo momento.

É imperioso debater e propor saídas, alternativas, apontar os caminhos do amanhã. Assim como em 2011, repetimos: “eis o impasse: a história indica que chegou o momento de seguir adiante, mas a falta de consenso e disposição para o enfrenta-

mento paralisa o processo. Não há, ainda, o dinamismo da mudança e talvez só mesmo a crise, quando chegar, possa vir a sê-lo”. A crise, finalmente, chegou. E chegou com marcas indeléveis: um enorme problema de governança (que se expressa numa corrupção generalizada, na ineficiência da

“É imperioso debater e propor saídas, alternativas, apontar os caminhos do amanhã”

máquina pública e na incapacidade de desenvolver projetos de boa qualidade); um grande fracasso da política macroeconômica (expressa no desarranjo fiscal, na elevada inflação e nos juros altos) e na política microeconômica (crises na Pe-

trobras, no modelo elétrico, no etanol, no setor automotivo, na construção civil, no setor de bens de capital e na indústria em geral). Isso tudo somado à grande crise de credibilidade do sistema político, que se expressa no sentimento de corrupção generalizada e da ineficiência de quadros. O caso FIFA só reforça esta percepção e o acúmulo das decepções. Cidadãos e torcedores estão juntos.

Na verdade, o que está por trás de tudo é a implosão de duas grandes apostas, interconectadas: a tentativa de hegemonia e perpetuação no poder de um grupo político e a tentativa de fazer com que o Estado dominasse e conduzisse, em aliança com certos grupos campeões, todas as fontes de crescimento da economia. Daí, o desastre macro e o desarranjo microeconômico. A travessia do deserto será longa e a recessão de 2015 muito profunda. Depois do desastre, assinar manifestos antineoliberais não vai resolver coisa alguma. Os caminhos estão abertos para quem, de boa-fé comece a se preocupar com o que fazer. ■

Conheça o melhor Sistema de Gestão para Factoring do país!



DiFact

Com um Suporte Técnico invejável é o Sistema ideal para gerenciar todas as operações da sua Factoring!

São 26 anos criando soluções para seus negócios.

- Operações Convencionais e Carteira
- Comissões, cobrança e conciliação bancária
- Contas a pagar e receber / Mala Direta
- Fundamento
- Dicont (Contabilidade)
- DiFactWeb
- Trustee
- Fomento à produção
- FIDC / Securitização
- Consulta da situação NFe na SEFAZ
- Emissão de Nota Fiscal Eletrônica

GO (62) 4013-9300 / 3280-9300 ● Filial SP: (11) 5081-6033

Representantes: BA (71) 9193-2700 ● MT (65) 9227-5789 ● SP (11) 99616-2627

Decisão
SISTEMAS
Soluções Inteligentes

Seguro de crédito em alta

Apesar de já incorporado à estratégia de companhias dos Estados Unidos e da Europa, esse tipo de operação ainda engatinha no Brasil

As empresas convivem há tempos com crescentes dificuldades para conseguir crédito. Premidas pela necessidade de investir, enfrentam a cada dia mais obstáculos para obter recursos que possibilitem a realização de aportes ou que ajudem a melhorar o caixa. Apesar desse cenário restritivo, poucas companhias utilizam no Brasil uma ferramenta que pode ajudá-las a transpor essa barreira: o seguro de crédito. “As apólices desse seguro servem como garantia dos empréstimos”, lembra Marcele Lemos, presidente da Coface, maior seguradora de crédito do Brasil. “Como as instituições financeiras estão mais seletivas para conceder fiança bancária, o seguro de crédito passa a ter uma vantagem extra para as empresas de diferentes portes”.

Apesar de já incorporado à estratégia de companhias dos Estados Unidos e da Europa, esse seguro ainda engatinha no Brasil: o total de prêmios no País gira em torno de R\$ 230 milhões, quantia ínfima diante do potencial do mercado. A Coface, que está no Brasil desde 1997 e há 70 anos atua na área em todo o mundo, lidera o segmento no País, com participação de mercado de 48%, fazendo seguros tanto para operações dentro do território brasileiro quanto para exportação.

Marcele Lemos atribui a adesão ainda tímida das empresas brasileiras ao seguro de crédito, em primeiro lugar, a uma questão cultural: “De maneira geral, o brasileiro não opta por seguros. A exceção é o mercado de veículos, embora também aí a presença seja limitada. São raros os brasileiros que fazem seguro residencial, patrimonial, de vida, por exemplo”.

Para superar essa barreira, a Coface busca tornar o produto cada vez mais conhecido, incorporando-o à estratégia das

empresas como forma de facilitar o acesso a recursos. “Podemos ajudar as empresas de forma sustentável, com seus recebíveis. Protegemos o recebível que se origina da transação mercantil, dando cobertura a ele”, explica Marcele Lemos.

O seguro de crédito funciona de maneira semelhante à de outros tipos de seguro: o interessado adquire uma apólice que, de modo geral, cobre 90% do recebível, ficando 10% como coparticipação do segurado. Além da cobertura, ao fazer a contratação, a empresa passa a contar também com um serviço de cobrança judicial, como informa a presidente da Coface: “Se a operação tem, por exemplo, prazo de 180 dias, estará assegurada por esse período. Depois disso, a Coface passa a fazer a cobrança”.

Além disso, recorda Marcele Lemos, a seguradora monitora a movimentação financeira da empresa que gerou o recebível durante todo o período de vigência da apólice, ou seja, se aconteceu aumento do endividamento, alterações nos números financeiros, a movimentação do portfólio.

A apólice de seguro de crédito pode ser também usada como garantia para antecipação de recebíveis. “Se a empresa tem recebíveis para 180 dias, por exemplo, pode ir ao banco e oferecer a apólice da Coface para garantir a operação”, explica Marcele Lemos. “Quando o seguro de crédito é mostrado, a instituição financeira leva em conta o ‘rating’ feito pela Coface, que pode resultar em melhores condições de prazo e de taxas para o tomador, por exemplo”.

As dificuldades econômicas que o Brasil enfrenta estão fazendo com que a inadimplência cresça, com impacto nos negócios da Coface. Segundo Marcele, a empresa recebia em média uma comunicação de

empresa que tinha entrado em recuperação judicial a cada trimestre, número que saltou agora para sete recuperações por mês. Já a sinistralidade saltou mais de 500% entre o primeiro trimestre do ano passado e o mesmo período de 2015: “A sinistralidade disparou em todos os setores e na cadeia produtiva, além de todos os segmentos que têm dependência desses setores, como distribuidores”.

Mais ainda, os pedidos de cotação de seguro de crédito cresceram 45% de setembro do ano passado a junho de 2015, e as vendas novas aumentaram em 9% no primeiro trimestre deste ano, na comparação com janeiro/março de 2014. Na avaliação de Marcele Lemos, esses dados mostram que é cada vez maior a busca por assegurar os recebíveis: “Cresce a percepção de que os recebíveis são ativos importantes para uma empresa. Em muitos casos, são até os que têm maior relevância. Felizmente essa consciência está cada vez mais presente entre os executivos, que estão mudando a percepção de risco”.

Para precificar o seguro, a Coface leva em conta o “faturamento segurável”, conceito que pode ser entendido com um exemplo: se a empresa faz seguro por 12 meses e tem 30 compradores com vendas no prazo de 60 dias, considera-se para cada um desses compradores um faturamento, estimado para todo o ano, e é realizada a soma de todos. Também é calculado o “score” de cada comprador, que leva em conta a probabilidade de risco. A partir daí chega-se ao “preço” do seguro de crédito. ■



Foto: Luciano Piva

Marcele Lemos:
presidente da
Coface



Conheça as orientações valiosas do Dr. Carlos Alberto Pastore* sobre **qualidade de vida**

1 **MEDITAÇÃO: FERRAMENTA ANTIGA COM EFEITOS MODERNOS**

A meditação sempre esteve ligada à religião e os registros iniciais datam da pré-história. Todas as grandes religiões têm suas descrições específicas da meditação, sejam cristãos, muçulmanos, judeus ou budistas. A técnica mais popular, chamada de meditação transcendental, surgiu na década de 1950 e era buscada por artistas, hippies, etc. com a finalidade de diminuir o estresse (cortisol e adrenalina).

Algumas décadas depois, essa forma de meditação foi indicada para os problemas cardiovasculares, pois ajudava a baixar a pressão arterial, a largar o cigarro e o sedentarismo, além de diminuir a ansiedade e a depressão. A meditação atua também no controle de doenças crônicas, no enfrentamento do câncer e no aumento da longevidade. Não há dúvida de que essa técnica é benéfica e pode nos ajudar a enfrentar as dificuldades do dia a dia.

2 **DORMIR BEM DIMINUI O RISCO DE CÂNCER DE PRÓSTATA**

Pesquisadores americanos relacionam o bom sono com menor risco de câncer de próstata.

O trabalho analisou hábitos de sono dos pacientes e também a quantidade de melatonina na urina ao acordar (melatonina, hormônio que controla o sono, produzido durante a noite). Durante o estudo, que acompanhou 928 homens, os pacientes com melatonina alta tiveram uma redução de 75% no risco de desenvolver o câncer de próstata. Não há dúvida de que os fatores que levam ao referido câncer são várias: genética, obesidade, estresse e vida sedentária. Porém, fica claro que o sono inadequado pode contribuir para o desenvolvimento da doença.

3 **CUIDADO COM O FUTEBOL DE FIM DE SEMANA**

O futebol é o esporte mais popular do mundo e a morte súbita cardíaca continua sendo a primeira causa de morte súbita nesse esporte. Essa situação drástica pode ser evitada e tratada com as manobras de ressuscitação cardiopulmonar imediata e o uso de desfibriladores automáticos. A FIFA desenvolveu os onze passos para prevenir a morte súbita cardíaca, três dos quais estão enumerados aqui.

1. Prevenção, com exames, consultas e eletrocardiograma de repouso, além de outros exames

como o ecocardiograma e o teste ergométrico.

2. Planejamento e protocolo: treinamento de equipes para ficarem à beira do gramado com equipamentos e ambulância.

3. A utilização do plano médico de emergência, no qual o médico atende prontamente o jogador que perde a consciência, avalia e solicita rapidamente a equipe treinada.

A importância do reconhecimento rápido da parada cardíaca e a utilização dos equipamentos de ressuscitação são fundamentais para salvar vidas nos jogos de futebol.



4 ESTRESSE ANTECIPADO!

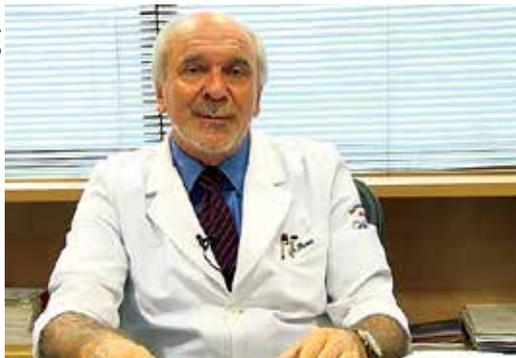
Os sábios sempre sugeriram que não sofrêssemos por antecipação e aguardássemos as decisões dos problemas, as respostas, ou qualquer futuro acontecimento. O que nos informam é que deveríamos viver o aqui e o agora, deixando o estresse para o momento necessário, o que seria mais saudável, evitando o estresse chamado crônico devido a não saber o que vai acontecer. A preocupação antecipada com o futuro parece inevitável; no entanto, ocorre que algumas pessoas sofrem mais que outras com as expectativas do

enfrentamento. As situações difíceis, que não podemos evitar, trazem ansiedade, que pode até ser benéfica se as aproveitarmos para nos preparar, estudar o poder dos inimigos e criar estratégias para superá-los. Se não pudermos superar essa tensão, se não estivermos preparados para enfrentá-la, então trememos, perdemos a atenção e não conseguimos o desempenho adequado para o embate! O conhecimento, o planejamento e o treinamento são formas de minimizar a ansiedade e o estresse, a fim de manter o controle da situação.

5 SAÚDE X FINANÇAS

Uma pesquisa norte-americana trouxe informações interessantes sobre as instabilidades do mercado financeiro e o comportamento dos agentes que trabalham nesse campo. O chamado estresse — consistente numa reação normal do organismo, que libera dois hormônios, adrenalina e cortisol, nas situações de tensão ou emergência — nos momentos de volatilidade do mercado toma conta dos operadores, deixando-os ansiosos e inseguros, refletindo na queda da vontade de arriscar nos negócios. Dessa forma, o trabalho mostrou que o estresse mudou o comportamento dos indivíduos quando enfrentam situações de risco e volatilidade financeira, ao evitarem posições que poderiam ser estressantes. A pesquisa também sugere que essas situações estressantes podem prolongar crises, pois os operadores não conseguem ficar “tranquilos” nos momentos de turbulência. ■

Foto: Divulgação



*O Dr. Carlos Alberto Pastore é clínico geral e cardiologista, diretor do Serviço de Eletrocardiografia do Instituto do Coração (INCOR) e Professor Livre-Docente pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Além de ser também colunista da rádio Estadão.
www.drpastore.com.br

ANFAC em movimento



O Conselho Consultivo da ANFAC reuniu-se no último dia 26 de junho, em Guarapari (ES), sob a presidência de Marcio Aguilar (SINFAC RS), para discutir uma ampla pauta de assuntos relevantes a serem apreciados pelos órgãos de administração da associação.

A Assembleia Geral Extraordinária, de 18 de julho de 2013, alterou o escopo institucional e corporativo da ANFAC. Criou o Conselho de Administração, órgão superior das deliberações da associação, com poderes normativos, de fiscalização e de controle, composto de 13 membros, eleitos no memorável pleito de 5 de setembro de 2013.

O Conselho Fiscal passou a ter cinco membros com as suas atribuições ampliadas para dar maior suporte ao Conselho de Administração.

O Conselho de Ética não sofreu qualquer alteração.

Foi criado ainda o Conselho Consultivo, órgão de assessoramento, que visa, pela sua capilaridade, congrega os presidentes dos 18 Sindicatos Patronais.

Nesse contexto, a agenda do Conselho Consultivo da ANFAC deve se organizar em torno de três pilares:

Apoio para assegurar o cumprimento das deliberações dos órgãos de administração da ANFAC;

Assessoramento para subsidiar os órgãos da administração da ANFAC com sugestões sobre assuntos de relevante interesse da Associação;

Integração para unir todas as empresas de fomento comercial, representadas pelos SINFACs, sob a égide do Sistema Brasileiro de Fomento Comercial, com a finalidade de congrega a variada gama de atividades de natureza mercantil, que se inter-relacionam com o fomento comercial e a ele se assimilam, com algumas características que se constituem as suas espécies.

Daí a configuração da estrutura da ANFAC, representativa do fomento comercial, foi segmentada em três atividades econômicas como suas espécies, que atuam na seleção, gestão e cobrança dos direitos creditórios, na gestão de recursos e na emissão de títulos e valores mobiliários, a saber:

Factoring (capital próprio – carteira própria – compra de recebíveis);

Securitização de créditos FIDCs ou Securitizadoras (emissão de títulos e valores mobiliários lastreados em créditos mercantis);

Gestoras de ativos (gestão e monitoramento de recursos). ■

Debate SINFAC PR



O SINFAC PR realizou no dia 22 de junho no Hotel Bourbon, em Curitiba, o 2º Ciclo de Palestras com o tema: “Recuperação Judicial e Falência”, sob a coordenação do desembargador Jurandyr Souza Jr., aposentado do Tribunal de Justiça do Paraná. A palestra foi proferida pelo desembargador Luiz Osório Panza, do Tribunal de Justiça do Paraná, e teve como debatedor o eminente jurista Thierry Phillippe Souto Costa. O

evento contou com a presença do consultor jurídico José Luis Dias da Silva, representante do presidente da ANFAC.

Outros integrantes do TJPR também prestigiaram o debate: desembargador Renato Bettega, 1º vice-presidente; desembargador Robson Cury, corregedor; além dos desembargadores Domingos Perfetto, Vilma Regia e Fabio Dalla Vecchia, empresários e advogados da base sindical. ■

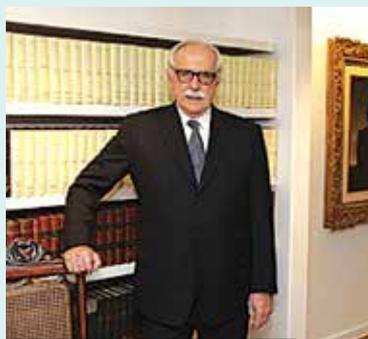
O PATÉTICO

pacote anticorrupção

Por Modesto Carvalhosa *

Alegra-me ter o Clube Militar dado início à campanha pela moralidade no País – tão pisoteada, nos últimos 12 anos, com escândalos diários desvendados ao público pela imprensa. Nunca o Brasil viveu, no âmbito do governo federal, tamanho desvio de recursos públicos, cujos valores representam, de rigor, um verdadeiro assalto à sociedade, pelo Estado representada. As medidas de combate à corrupção anunciadas pela Presidente da República aprofundam ainda mais a falta de credibilidade do governo, tanto no plano nacional quanto no exterior. Em decorrência da devastadora corrupção que se alastrou no governo federal, o Brasil, outrora país emergente, hoje sofre um desprestígio no mundo parecido com os tempos da inflação galopante e dos calotes internacionais dos anos 1980.

O pacote anticorrupção, solenemente anunciado pela Presidente, insere-se nesse quadro melancólico, pois não é crível que um governo marcado e devastado pela prática generalizada de apropriação de recursos públicos em benefício dos partidos no poder venha, agora, colocar-se na posição de combatente do mal que ele mesmo diariamente pratica.



*Modesto Carvalhosa

é jurista, autor de 'Considerações sobre a Lei Anticorrupção da Pessoa Jurídica' (Ed. Revista dos Tribunais, 2014) e do 'Livro Negro da Corrupção' (Ed. Paz e Terra, 1995), Prêmio Jabuti

Nesse quadro patético, as propostas legislativas são mais do mesmo, pois o crime do caixa 2 está previsto no vigente Código Eleitoral, de 1965, no artigo 350. Quanto ao dramático confisco de bens dos corruptos, a matéria está plenamente contemplada na lei vigente de Improbidade Administrativa, de 1992, artigos 9.º, 12 e 16. As demais “providências” legislativas da Presidente são objeto de projetos de lei em curso no Congresso, razão pela qual nada de novo foi traduzido pelo alardeado pacote.

Quanto ao decreto que “regulamenta” a Lei Anticorrupção, ressalta desde logo tratar-se de um monstro que visa, sob todas as formas possíveis, a promover a anistia ampla, geral e irrestrita das empreiteiras e fornecedoras

envolvidas na Operação Lava Jato, procurando mesmo imunizá-las a qualquer outra conduta corruptiva que tenham praticado fora do âmbito da Petrobras e ainda não reveladas. Assim, o atual governo, na esteira dos três últimos que o precederam, demonstra que no Brasil ainda impera a república das empreiteiras, embora estas já estejam muito combatidas, em decorrência da firme atuação da Polícia Federal, do Ministério Público, da Justiça Federal, do STJ e do STF.

O referido “decreto regulamentador” da Presidência demonstra, às escancaras, a firme determinação do governo de proteger as empresas que com ele contratam, mantendo os mesmos termos viciados no futuro. Em vez de concentrar a competência de processar as referidas empresas corruptas na Controladoria-Geral da União, o decreto outorga esse poder aos ministros do Estado (pasmem!), que são, desde 2003, os principais atores da prática de corrupção no Brasil. Só do último governo três deles estão sob investigação no STF e dez outros já haviam sido flagrados em atos de corrupção, só no ano de 2011. São essas as “autoridades” que vão processar as empreiteiras. Pode-se imaginar o nível de corrupção que vai surgir dessa “competência ministerial”.

Será um novo núcleo de propinas, de tráfico de influência, de advocacia administrativa e de prevaricação. Surge um novo negócio de corrupção jamais imaginado, para grande proveito dos titulares de 39 pastas e dos partidos que os indicaram. Não bastasse, a eventual condenação das empreiteiras pelo “ministro competente” pode ser objeto de “reconsideração” com efeito suspensivo, o que encarece ainda mais o comércio de favores ilícitos que será gerado por essa instância administrativa. A Lei Anticorrupção não fala de instância de reconsideração.

Também o decreto presidencial de 18/3 cria a figura da “investigação preliminar sigilosa”, anterior à instalação do chamado Processo Administrativo de Responsabilização. Eis aí outro foco de corrupção, pois de suas conclusões secretas pode decorrer o arquivamento do pedido de instalação do processo. Esse novo produto de corrupção obviamente não está previsto na Lei Anticorrupção de 2013 que a presidente resolveu agora “regulamentar”. Essa lei, aliás, não comporta nenhuma regulamentação, na medida em que é auto-aplicável a partir de 29/1/2014, abrangendo todos os crimes continuados de corrupção, caso dos listados na Lava Jato.

Mas não para aí o “regulamento presidencial”. Em cinco artigos propositadamente confusos, o diploma do Executivo limita a

“Seria como alguém que praticou latrocínio deixar de ser condenado a 30 anos de prisão só porque fez profissão de fé numa igreja pentecostal prometendo seguir, a partir de agora, os ensinamentos da Bíblia Sagrada”

multa a 5% sobre o faturamento do último exercício das empresas corruptas. A Lei Anticorrupção, todavia, fala em até 20%. Derroga, portanto, o “ato presidencial” a Lei Anticorrupção também nesse aspecto.

Ademais, os cálculos de aplicação dessas multas com teto quatro vezes reduzido são propositadamente de alta complexidade para permitir que as empreiteiras consigam suspender e, em seguida, anular no Judiciário as decisões condenatórias que muito raramente os ilibados ministros de Estado lhes aplicarão.

Outro aspecto absurdo do “regulamento presidencial” é a tentativa de alijamento do Ministério Público das iniciativas de responsabilizar judicialmente as empresas corruptas, bus-

cando outorgar essa competência de propositura de ação civil pública de reparação de danos a órgãos jurídicos da própria administração federal. Essa tentativa é risível.

Inúmeras outras manobras de absolvição plena das empreiteiras estão espalhadas ao longo do texto do decreto de 19 de março. Por outro lado, o próprio decreto reproduz a impossibilidade de firmar acordos de leniência a não ser com a primeira empreiteira componente do cartel que opera na Petrobras. Diante desse impasse, socorre-se o decreto do regime de conformidade (compliance), que é um dos fatores que passam a propiciar a anistia das empreiteiras. Se elas instituírem o regime de conformidade poderão, inclusive, ser absolvidas sem o pagamento de nenhuma multa, o que é absolutamente contrário ao texto da Lei Anticorrupção. Seria como alguém que praticou latrocínio deixar de ser condenado a 30 anos de prisão só porque fez profissão de fé numa igreja pentecostal prometendo seguir, a partir de agora, os ensinamentos da Bíblia Sagrada.

Por todo esse absurdo, a cidadania pede socorro ao Ministério Público para que requeira imediatamente ao Judiciário a anulação desse regulamento espúrio que procura derrogar, revogar, neutralizar e tornar letra morta a Lei Anticorrupção. ■



Conheça a iDtrust, uma empresa do Grupo WBA.

Após desenvolver uma série de soluções para o mercado de recebíveis, o Grupo WBA criou a iDtrust para levar a tecnologia de documentos digitais a empresas dos mais variados ramos e portes.

A iDtrust conta em seu portfólio os produtos já consagrados como iContrato, iCarta, iChecagem, iSelo e lança a iCCB - Cédula de Crédito Bancário Digital.

Saiba mais em:

 www.idtrust.com.br  16 3106 9005  contato@idtrust.com.br  [idtrusttecnologia](https://www.facebook.com/idtrusttecnologia)

 **iDtrust** Documentos Digitais Confiáveis.



Rentabilize ▶

Se

Com soluções específicas para o segmento Factoring, a Serasa Experian está sempre do seu lado, ajudando você a lucrar muito mais com uma análise completa de cedentes e sacados e uma gestão mais eficaz da carteira. Antecipe-se aos desafios e às oportunidades do mercado. Rentabilize-se com a parceria da Serasa Experian.

Para saber mais, acesse
serasaexperian.com.br
ou ligue para 0800 773 7728

- ✓ **Aumente a carteira de cedentes com o perfil desejado**
- ✓ **Verifique a qualidade dos recebíveis na hora da compra**
- ✓ **Monitore os cedentes e os principais sacados**
- ✓ **Segmente e priorize a carteira de cobrança**
- ✓ **Evite fraudes, validando informações cadastrais**



Serasa  Experian

A gente trabalha para você crescer.